

A luta contra a violência anti-asiática não pode incluir a apologia do Estado chinês

Via [International Viewpoint](#)

Os assassinatos de mulheres asiáticas em Atlanta no mês passado marcaram outro marco devastador em uma recente onda de violência anti-asiática alimentada por racismo pandêmico e pela retórica sinofóbica da administração Trump em sua rivalidade com a China. Com uma posição de linha dura contra a China se tornando, como um erudito rebateu, uma das poucas grandes questões bipartidárias restantes no Congresso, os esquerdistas e progressistas parecem ter sido emitidos um ultimato duro: condenar os crimes do repressivo Partido Comunista Chinês (PCC) correndo o risco de atizar as chamadas de uma “nova Guerra Fria”, ou destacar a agressão dos EUA contra a China às custas da solidariedade aos trabalhadores e dissidentes chineses.

A falta de uma alternativa coerente a este duplo vínculo proporcionou a oportunidade perfeita para os grupos pró-PCC “esquerda” e “antiguerra” fundirem seu discurso com um movimento anti-racista asiático-americano reavivado, mas contraditório. Muitos esquerdistas no Ocidente (inclusive asiáticos-americanos) justificaram seu silêncio em relação aos dissidentes chineses, deturpando o conceito do direito de um povo à autodeterminação. Eles argumentam que o povo chinês deveria ser deixado a administrar suas próprias contradições e lutas – reduzindo assim convenientemente a diversidade dessas experiências vividas no continente e na diáspora. Isto perpetua a monopolização das identidades chinesas por parte do Estado chinês.

A posição antiguerra dos EUA foi em grande parte definida pela Coalizão ANSWER, que tem mantido uma hegemonia virtual sobre o movimento antiguerra dos EUA desde a Guerra do Iraque, neutralizando o espaço para se organizar contra a agressão imperialista por aqueles estados que eles vêem como “opostos” ao império americano. Previsivelmente, sua resposta ao aumento da violência anti-asiática foi organizar um dia nacional de ação que conjugava “Pare a Violência Anti-Asiática” e “Pare os ataques à China” em um só slogan. Embora a combinação destas mensagens possa parecer inócua, na realidade, a violência conflitante contra o povo asiático e os conflitos a nível estatal impedem a luta contra a sinofobia e o racismo, promovendo o conflito geopolítico artificial entre as elites americanas e chinesas, e colocando os asiáticos regulares e a diáspora asiática uns contra os outros.

Com efeito, o que parece ser um consenso brando entre estas duas amplas mobilizações contra a violência anti-Asiática para reduzir nosso foco unicamente na agressão dos EUA, só fortaleceu a posição dos apologistas que pretendem armar este momento de crise para neutralizar a crítica contra o PCC. Enquanto estes vários grupos oferecem apenas uma escolha binária, um estreitamento de opções em meio a uma retórica cada vez mais estridente da Guerra Fria, a esquerda pode e deve oferecer alternativas concretas que resistam a todos os tipos de danos contra os asiáticos em todos os lugares. Isto deve implicar repensar como a organização anti-PCC na diáspora tem sido enquadrada há muito tempo: Em vez disso, devemos enfatizar as exigências internacionalistas que podem explicar as interconexões entre os motores repressivos dos EUA e o PCC, fazendo a ponte entre várias lutas anti-capitalistas, anti-autoritárias e antiracistas vindas de baixo.

Este não é o momento para a unidade

Assim como a demonização do estado chinês ao lado de seu povo contribui para o racismo no Ocidente, o apagamento das vozes asiáticas e asiático-americanas que resistem à repressão do

estado do PCC reforça seu próprio tipo de violência. Esta falta de matizes na prestação de contas de diversas perspectivas limita nosso horizonte na organização das comunidades asiáticas contra as redes interligadas de violência sistêmica. Os esforços da Trump para atingir estudantes internacionais no ano passado colocaram centenas de milhares de chineses do continente, de Hong Kong e outros estudantes asiáticos americanos em uma posição perigosa: do medo da repressão política a outras formas de preconceitos associados tanto a restrições pandêmicas quanto a outras injustiças sociais, muitos desses estudantes teriam sido deportados de volta para uma casa na qual se sentiriam inseguros e indesejáveis.

Em um sistema globalizado de violência anti-asiático, não se pode compartimentar a luta antirracista dentro das fronteiras nacionais de certos estados. Os tiroteios de Atlanta nos lembram que as massagistas e as trabalhadoras do sexo – muitas das quais são migrantes asiáticas – há muito tempo têm sido estigmatizadas e criminalizadas por agendas de trabalho draconianas anti-sexo inerentes aos marcos legais do sistema hukou chinês à legislação antitráfico dos EUA, muitas vezes estimulando-os a um circuito de deslocamento e migração de Hong Kong para Nova York. O programa de repressão do PCC contra os Uyghurs majoritariamente muçulmanos e outras minorias étnicas em “Xinjiang” toma emprestado dos métodos de contrainsurgência e policiamento dos EUA, reforçando assim seu próprio regime de racismo anti-asiático ao se conectar com a islamofobia. O capital estatal chinês, em conluio com a prefeitura local e os desenvolvedores corporativos transnacionais, também tem estado na vanguarda da propulsão da gentrificação nos enclaves asiáticos-americanos, como Flushing. Essas instâncias de opressão estrutural contra os asiáticos e a diáspora asiática são varridas para debaixo do tapete em uma estrutura que conflita todas as críticas ao PCC com os “ataques à China” racistas. Esta confusão testemunha a realidade de que a luta contra a violência anti-asiática é uma

luta que deve exigir distinções ideológicas, ao se organizar e resistir àqueles entre nossas comunidades que apenas sustentam um sistema de opressão sobre outro.

A incapacidade da comunidade da diáspora asiática de se organizar em torno de uma crítica radical do PCC à luz das complexidades das tensões entre os EUA e a China e da realidade do racismo anti-asiático é um sintoma de um problema maior: que a violência anti-asiática criou uma atmosfera discursiva na qual trabalhar através de contradições dentro de nossas próprias comunidades é visto como uma posição de privilégio ou mesmo de dano, ao invés de uma necessidade de libertação coletiva. Neste sentido, a demanda da diáspora liberal asiática e dos conservadores por mais policiamento e a defesa acrítica dos esquerdistas pró-PCC da violência estatal chinesa podem ser vistas como dois lados da mesma moeda. Na esteira dos assassinatos de Atlanta, esta não é a hora da unidade: Devemos demarcar linhas políticas dentro de nossas comunidades para responsabilizar asiáticos e asiáticos-americanos, sejam eles celebridades ou elites empresariais que têm mantido sistemas exploradores, ou negadores de genocídio e outros apologistas do terror estatal, que valorizam certas vidas em relação a outras marginalizadas em nossas comunidades.

Ao mesmo tempo, a dificuldade em separar as políticas “duras para a China” do Congresso e a sinofobia deveria ser um alerta para as infra-estruturas dominantes de organização anti-PCC no Ocidente, especialmente de Hong Kong, Taiwan, Uyghur, Tibet e outros grupos dissidentes da diáspora. Ao excepcionalizar os crimes do PCC e se recusarem a reconhecer como os mesmos sistemas aos quais eles apelaram por ajuda ajudaram a construir os mecanismos do capitalismo estatal autoritário chinês, os grupos da diáspora permitiram voluntariamente que o establishment imperialista dos EUA contivesse nossos termos de luta, distorcendo o caminho para a libertação. De fato, Hung Ho-fung está certo ao notar que não devemos “perder [...] uma

posição crítica sobre as ações do governo chinês em questões de segurança nacional e direitos humanos porque tememos uma reação contra os asiático-americanos”, mas está incorreto ao notar que nossas estratégias deveriam depender “da consideração do interesse nacional dos EUA”. Hung negligencia a crítica de como o modo dominante de defesa anti-PCC de Hong Kong nos últimos anos é incompatível com um movimento genuíno contra a violência sistêmica anti-asiática. Sua supervisão é representativa de uma limitação política significativa na diáspora contemporânea anti-PCC que se organiza de forma mais geral: A luta contra o PCC não pode ser conduzida sem contar com as injustiças sistemáticas do imperialismo americano, e isto significa que devemos repensar radicalmente como temos conduzido nosso lobby internacional até este ponto. Estes novos paradigmas devem emergir do aprofundamento das trocas, não de cunhas forçadas, entre os organizadores existentes nas lutas contra a violência do PCC, o imperialismo americano e o racismo anti-asiático.

Uma política de coalizão alternativa

Na realidade, muitos organizadores da diáspora asiática que criticam o PCC têm estado na linha de frente da organização contra a violência anti-asiática e o imperialismo americano – através da organização de inquilinos, da defesa das trabalhadoras do sexo, dos movimentos operários, entre outros. Negligenciar essas interconexões no trabalho político não só coloca em risco ainda mais a segurança dos organizadores da diáspora asiática, mas limita nossa capacidade de promover mudanças sistêmicas. Como organizador de inquilinos da Chinatown e parte da diáspora chinesa e de Hong Kong, sinto-me obrigado a unir-me a uma frente unida com ativistas e organizações (como grupos associados à ANSWER) que defendem que pessoas como eu sejam detidas – ou pior – na minha cidade natal. O movimento contra a violência anti-asiática na diáspora não tem espaço para tais experiências e perspectivas vividas?

E, no entanto, um tipo alternativo de política de coalizão já está se desenvolvendo no diversificado ecossistema de organizadores que se recusam a ver a abstenção da crítica ao PCC como uma solução para a violência em nossas comunidades. As feministas organizadas da diáspora chinesa insistem em organizar estratégias que enfatizem as ações transfronteiriças e progressistas nas linhas de frente sem ter sua “posição política definida pelo governo chinês”. A organização pró-democracia baseada em Los Angeles, Hong Kong Forum, condena a longa história de violência contra os asiáticos-americanos enquanto “se une a nossos aliados para lutar contra a discriminação” e procura “nos capacitar e aprender adequadamente a história dos asiáticos-americanos”. Alguns Uyghur e chineses americanos defenderam a união de suas causas contra o PCC com a luta contínua contra o racismo anti-Asiático em um recente comício em D.C., enquanto sinalizavam solidariedade com trabalhadoras do sexo, negras, indígenas e outras pessoas de cor.

Com este objetivo-chave de aumentar a consciência política independente e construir coalizões a partir de baixo entre os movimentos em mente, também é hora de um conjunto concreto de alternativas de política externa que possam responsabilizar os sistemas de repressão que se reforçam mutuamente entre os estados-nação americanos e chineses, sob a retórica estrondosa da “nova Guerra Fria”. Como Dai Jinghua nos lembra, “o enquadramento da nova Guerra Fria” freqüentemente obscurece a estrutura globalizada da exploração capitalista das comunidades marginalizadas, de tal forma que “nem a China nem os EUA podem... oferecer qualquer escolha de caminho fora do capitalismo global ou qualquer plano para resolvê-lo”.

Tobita Chow e Jake Werner oferecem pontos de partida úteis em sua estrutura de “internacionalismo progressivo”: elevar as demandas internacionais por melhores padrões e responsabilidade em torno dos direitos trabalhistas, justiça migrante e mudança climática – tudo isso chama diretamente a

atenção para relações de colaboração de longa data que reforçam os poderes repressivos tanto dos EUA quanto da China. Isto pode desviar o enquadramento das políticas “duras para a China” que enraízam os sentimentos racistas contra os povos asiáticos e reforçam uma luta geopolítica que não beneficia ninguém a não ser as elites, ao mesmo tempo em que atingem os pontos fracos dos estados-nação que sustentam regimes de violência interrelacionados contra as comunidades asiáticas em todo o mundo.

Estas estratégias de reforma sistêmica global e prestação de contas podem ser inalcançáveis no longo prazo, mas podem abrir caminho para demandas transitórias que impulsionam as contradições inerentes ao sistema capitalista global para fora. Podemos fazer tudo isso enquanto fortalecemos o poder político e a capacidade de organização das massas de pessoas comuns, especialmente asiáticos e asiáticos-americanos apanhados no fogo cruzado da supremacia branca, do grande conflito de poder e da exploração capitalista. Devemos resistir àqueles em nossas comunidades que armam estas mortes como um golpe político a serviço de outro fornecedor de violência contra os asiáticos, da mesma forma que combatemos aqueles que usam este momento para fomentar a luta contra a escuridão e exigir mais policiamento. E isto deve acontecer sem deixar o movimento contra a violência anti-Asiática se tornar mais uma moeda de troca entre duas superpotências repressivas.